



Francisco Alves Filho

O diretor de Redação de O Estado recebe o Diploma Especial

MEC admite revisão da semestralidade escolar

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

O chefe de gabinete do Ministério da Educação, Oswaldo Della Giustina, não descartou ontem a possibilidade de "as assessorias técnicas do MEC e do Ministério da Fazenda" virem a estudar a alteração da Portaria nº 398, baixada para congelar a semestralidade escolar com base nos preços cobrados em junho.

Enfatizando que o MEC não está propondo alteração da portaria, Giustina admitiu que a questão do congelamento da semestralidade "participa da instabilidade geral que atualmente vive a economia brasileira". Mas afirmou que a flexibilização dos preços prevista no decreto do novo congelamento vai pôr fim à confusão.

A polêmica levantada por pais de alunos, conselhos estaduais de educação e comissões de encargos educacionais em torno da portaria do MEC diz respeito à decisão de congelar a semestralidade com base no preço cobrado em junho. Com esta determinação muitas escolas vão

congelar seus preços em patamares altos, uma vez que elas só foram autorizadas a repassar proporcionalmente os gatilhos salariais e ainda índices de correção de defasagem exatamente neste mês. O repasse desses aumentos, no caso de São Paulo, foi autorizado no dia 13 de maio. Também o Conselho Federal de Educação, ao qual estão subordinados os conselhos estaduais e responsáveis pela fiscalização dos preços das escolas, só formalizou a autorização do repasse dos gatilhos 15 dias antes da portaria do MEC ser baixada.

Esta falha da portaria foi denunciada no dia 25 de junho ao assessor especial do ministro da Fazenda, Yoshiaki Nakano, pelo presidente da Comissão de Encargos Educacionais de São Paulo, Luiz Roberto da Silveira Castro. Já se divulgou que o Ministério da Fazenda estaria elaborando uma portaria para substituir a do MEC, que iria fixar o congelamento da semestralidade com base no valor médio pago durante o primeiro semestre.